



JUSTICEIROS E VINGADORES EM OBRAS LITERÁRIAS DE CAMILO CASTELO BRANCO E FRANKLIN TÁVORA

Adalmir Leonidio*
Universidade de São Paulo – USP
leonidio@usp.br

RESUMO: O artigo faz uma análise da forma como as culturas portuguesa e brasileira tem representado em sua literatura dois tipos básicos de bandido, o justiceiro e o vingador. Por que determinadas culturas parecem tolerar bem mais do que outras estes tipos sociais? Mais que isso, por que algumas delas, por vezes, os transformam em heróis nacionais? Para o estudo foram usados partes dos escritos autobiográficos de Camilo Castelo Branco (*Memórias do cárcere*) e o romance *O Cabeleira*, de Franklin Távora.

PALAVRAS-CHAVE: Justiceiro – Vingador – Literatura Portuguesa – Literatura Brasileira

BOONDOCK AND AVENGERS IN CAMILO CASTELO BRANCO'S AND FRANKLIN TAVORA'S LITERARY WORKS

ABSTRACT: The Article is an analysis of how the cultures Portuguese and Brazilian literature has represented in its two basic types of crook, the regulator and the punisher. By that certain cultures seem to tolerate well more than other these social types? More than that, for some of them, sometimes, transform them into national heroes? For the present study were used parts of written autobiographical of Camilo Castelo Branco (*Memórias do cárcere*) and the Franklin Távora's romance, *O Cabeleira*.

KEYWORDS: Regulator – Punisher – Portuguese Literature – Brazilian Literature

* Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Livre Docente em História Ambiental do Brasil pela Universidade de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de um estudo mais amplo sobre bandidos, justiceiros e vingadores na história e na literatura. Seu pressuposto teórico mais importante é o de que, apesar das enormes variações no espaço e no tempo, tem predominado na história e na literatura dois tipos básicos de bandido: o vingador e o justiceiro.¹ Enquanto no primeiro predomina o sentimento de vingança pessoal em detrimento da lei, o segundo aparece onde a lei falha, em suas brechas, para fazer predominar a justiça. Os dois tipos estão relacionados ao grau de formalização da cultura nacional em cada caso. Isto é, onde a cultura é mais formal tende a predominar o tipo justiceiro e onde é menos formal tende a predominar o tipo vingador. Obviamente, tratam-se aqui de tipos ideais, puros, de modo que, ao serem inseridos em realidades nacionais concretas podem aparecer de forma misturada, embora eles sejam, por princípio, antagônicos entre si. A pesquisa empírica também poderá revelar outros tipos, além de mostrar características próprias de um tipo ou outro em cada realidade nacional de que se trate.

Busca-se nesta apresentação mostrar os primeiros resultados da pesquisa e para tanto será feita uma análise de partes da obra autobiográfica **Memórias do cárcere**, do romântico português Camilo Castelo Branco (1825-1890) e do romance **O Cabeleira**, do romântico brasileiro Franklin Távora (1842-1888). Na primeira obra, Camilo Castelo Branco tematiza a vida e as façanhas de José do Telhado, conhecido salteador português com quem o autor tomou contato, durante seus tempos de prisão na cidade do Porto. Na segunda, uma espécie de crônica histórica, Távora retrata a vida do célebre cangaceiro pernambucano da época, José Gomes, apelidado de “O Cabeleira”.

O tipo representado por José do Telhado aproxima-se em alguma medida de outros personagens históricos, retratados em vários escritos ficcionais em todo o mundo. Trata-se do tipo Robin Hood, ou justiceiro, que rouba dos ricos para dar aos pobres. Por seu lado, o cangaceiro é um tipo muito peculiar da história brasileira e muito pouco tem a ver com o célebre personagem do romance de Howard Pyle, pois tanto acoitava os pobres quanto os ricos. Por isso, ele está mais próximo do vingador do que do justiceiro. Enquanto o que motiva este último é a ira moral contra as injustiças de que foi vítima, o vingador quer, antes e acima de tudo, “lavar sua honra”. A história de entrada no

¹ Estes tipos podem ser encontrados também no cinema. Os filmes de Hollywood, ao que parece, são abundantes do segundo tipo: **Desejo de matar**, **O justiceiro**, entre muitos outros.

cangaço é invariavelmente a mesma: vingar a morte, o abuso ou outra forma qualquer de violência cometida contra algum membro da família.

JOSÉ DO TELHADO, JUSTICEIRO OU VINGADOR?

Nossa hipótese principal aqui é que não há um tipo único de bandido na história ou na literatura universal, sendo os tipos justiceiro e vingador os mais recorrentes e que, no caso específico de José do Telhado, tende a predominar o sentimento pessoal de vingança em detrimento de uma ética geral da justiça, apesar de suas aproximações com o tipo justiceiro. Alguns autores têm falado de uma “literatura de salteadores” em Portugal,² seguindo uma tradição ou uma “moda” que nasceu na Alemanha e se estendeu a vários outros países do continente. De fato, existe um certo número de romances portugueses centrado na tópica da marginalidade, tais como **Paulo, o montanhês** (1853), de Arnaldo Gama, **A estrela brilhante** (1845), de Eduardo de Faria, **Mistérios de Lisboa** (1851), de Alfredo Hogan, além de um certo número de adaptações e traduções de obras estrangeiras. Apesar disso, foi o próprio Camilo Castelo Branco a falar da exiguidade do tema no país: “Este nosso Portugal é um país em que nem pode ser-se salteador de fama, de estrondo, de feroz sublimidade! Tudo aqui é pequeno: nem os ladrões chegam à craveira dos ladrões dos outros países!”³

Não cabe aqui indagar da propriedade ou impropriedade do termo “literatura de salteadores” em Portugal,⁴ mas cumpre entender em que medida ele corresponde à realidade histórica do país. Em outras palavras, se um certo tipo de bandido falta à história portuguesa, o bandido eternizado nas histórias de Howard Pylle, nem por isso ele deixou de estar presente em inúmeros escritos, um pouco mais ou um pouco menos, ao longo dos séculos XIX e XX. Pelo que foi possível perceber até aqui, enquanto na França predominou o tipo justiceiro, em virtude do excessivo formalismo de sua

² SOUSA, Maria Leonor Machado de. “Introdução”. In: GAMA, Arnaldo. **Paulo, o montanhês**. Lisboa, Imprensa Nacional: 1981; MARINHO, Maria de Fátima. A figura do bandido no romantismo. UP – Universidade do Porto, Biblioteca Digital, [s/d]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5686.pdf>>.

³ BRANCO, Camilo Castelo. **Memórias do cárcere I**. Lisboa: Europa-América, 1983, p. 49.

⁴ Somente uma pesquisa detalhada sobre o tema mostrará em que medida se formou um movimento de ideias em torno do tópico da marginalidade e do banditismo entre os românticos oitocentistas em Portugal. Seria oportuna uma pesquisa que mostrasse também a situação do Brasil, que apesar de não ter uma “literatura de salteadores”, abordou em diversos momentos o problema.

cultura,⁵ na Alemanha, em Portugal e no Brasil predominou o tipo vingador, em função das particularidades históricas de seu processo civilizador, apesar de serem os romances franceses e não os alemães os modelos que mais influíram nas obras de autores portugueses e brasileiros.

A tópica do bandido ou do salteador na literatura nasceu na Alemanha com obras como o drama **Die Räuber** (1781), de Friedrich Schiller (1759-1805), **Götz Von Berlichingen** (1773), de Goethe e **Michael Kohlhaas**, de Heinrich Von Kleist. Esta voga literária estendeu-se a outros países da Europa no início do século XIX, sendo a França o país onde ela mais proliferou, com os romances de Alexandre Dumas e Jean Sbogar, cujos personagens serviram de modelo a vários romancistas. A imensa repercussão da obra de Schiller foi imediata e valeu-lhe uma fuga precipitada e dois anos de exílio.⁶ Para entender esta repercussão é preciso entender um pouco o que acontecia na Alemanha por esta época, bem como por que foi a França o país que melhor abrigou o tema.

Em um texto já clássico, Norbert Elias busca mostrar como o padrão de comportamento e a estrutura psíquica da Alemanha oitocentista estão estreitamente relacionados à estrutura social do país.⁷ Este padrão de comportamento e esta estrutura mental se construíram em torno do conceito de *kultur*, e em antítese ao conceito de *zivilization*, um produto da sociedade de corte francesa. Segundo o autor, o homem ocidental nem sempre se comportou da maneira como estamos acostumados a considerar como típica ou como sinal característico do homem civilizado. Esse comportamento nasceu com a sociedade de corte francesa do Antigo Regime, cujo modelo tendeu a se projetar para outras sociedades. Em sendo assim, o sentimento de identidade alemão, sua autoimagem nacional, é construída em função daquilo que eles não querem ser, um cortesão, que é a origem do típico homem civilizado.

Expressa-se assim uma oposição clara entre o caráter pretensamente universal de civilização e o nacional de cultura. Enquanto o “homem civilizado” se acha um modelo para todos os povos (sentido colonizador do conceito), o conceito de *kultur* enfatiza o que é intrínseco, próprio de cada povo, que os faz diferente dos demais e que não pode ser adquirido (algo como o seu *self*). Trata-se também de uma clara tentativa

⁵ LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: EDUSP, 1996.

⁶ SCHILLER, F. **Os bandoleiros**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

⁷ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador** Rio de Janeiro: J. Zahar, 2011. V. 1.

de construção de fronteiras nacionais, uma vez que estas fronteiras não existiam ainda por esta época na Alemanha, que se esfacelava em uma constelação de cidades Estados.

Este sentimento antitético, construído em torno do conceito de *kultur*, relaciona-se, segundo Elias, à estrutura de classes alemã: contraste entre nobreza cortesã, civilizada segundo o modelo francês, e *intelligentsia* de classe média, recrutada entre servidores dos príncipes, burgueses ou funcionários públicos. Tem-se, assim, por um lado, um comportamento tipicamente cortês (externo, superficial, cerimonial, artificial), como ser polido, ter bons modos, controlar as emoções, manter conversas formais, e, por outro, valores morais relacionados à virtude (interna, profunda, natural), tais como saber expressar os sentimentos, as emoções, desenvolver a personalidade individual, ter uma educação sólida. Daí que o reduto intelectual desta classe média alemã fosse a Universidade e não a corte.

Assim, o conceito de *kultur* mantinha uma nítida função política, criar uma unidade alemã que não existia na esfera política da corte (ausência de um Estado nacional centralizado). Tanto a língua quanto a literatura cumpriram importantes papéis neste sentido. Se por um lado, o francês era a língua oficial da sociedade de corte e do “homem civilizado”, o alemão era, por outro, a língua das classes baixa e média. Desde o fim do século XVIII várias obras são publicadas em alemão e expressam esta antítese. Um bom exemplo é **Die Räuber**, onde se expressa um violento ódio aos príncipes e à sociedade cortesã. São todas ideias, contudo, que não se traduzem em ação política concreta. Pois a intelectualidade encontra-se afastada dos centros de poder, da burocracia estatal, dos postos de comando. Além disso, estão isoladas como classe. Esta posição social reflete-se nos temas principais desta literatura: amor à natureza e à liberdade, exaltação solitária, rendição às emoções do coração, sem o freio da razão fria.

Este isolamento da aristocracia alemã, como forma de garantir a sua situação privilegiada, criou uma barreira para a absorção da classe média e da própria burguesia, como se deu na França. As maneiras aristocráticas de corte assimilaram, colonizaram, em França, elementos de outras classes. Na Alemanha, este isolamento extremo de grandes segmentos da nobreza face à classe média alemã, dificultou a formação de uma sociedade unificada, que fornecesse um modelo para a nação.

Assim, a burguesia comercial, relativamente subdesenvolvida e a aristocracia não se constituem em público para a literatura alemã. Os escritores flutuam no ar. Não apenas economicamente, como também politicamente os intelectuais estão

marginalizados. Voltam-se para si mesmos, para seus livros e suas ideias, sua formação interior, sua personalidade. Assim, o desenvolvimento do conceito de *kultur* refletia a posição social dessa intelectualidade. Isso mostra como a fragmentação política da Alemanha se ligou ao comportamento social e à maneira de pensar da classe intelectual. Ela não se encontra reunida em um único lugar (como a corte), mas encontra-se dispersa por todo o país.

Ora, esta não era propriamente a situação histórica de Portugal, que já tinha um Estado nacional unificado desde o século XIII. A precoce centralização política é, inclusive, um dos fatores que explicam o sucesso dos negócios ultramarinos. Todavia, esta centralização teve consequências sociais de grande importância. A burguesia urbana declina rapidamente e a nobreza reconstitui seu poder econômico e com ele seu prestígio social. “Clientela do rei”, são os nobres “[...] quem têm mais facilidade em obter dele tenças, rendas, ofícios, associações em negócios do ultramar, que são excelentes ocasiões de enriquecer”.⁸ E na medida em que todos os olhos se voltam para o mar, dão-se as costas à nação. Não apenas as atividades tipicamente urbanas se retraem. A vida camponesa entra em estagnação profunda, conservando até fins do século XIX numerosas sobrevivências medievais. A sociedade cortesã, dominada pelos grandes nobres, se torna numerosa, faustosa e parasitária.⁹

Com a vitória da Contra Reforma em Portugal, a classe média também se viu excluída do espaço universitário, que se manteve dominado pelos doutores da Igreja até a expulsão dos Jesuítas, com as reformas pombalinas, em meados do século XVIII. Sem independência econômica e mental, a classe média não representou qualquer reação significativa à atividade inquisitorial da Igreja. Assim, culturalmente, os séculos XVII e XVIII, que representam um período decisivo na história do pensamento e da ciência moderna, correspondem, em Portugal, “a uma época apagada” e sem expressão.¹⁰ E mesmo após as reformas, quaisquer que sejam os dinamismos nelas presente, a ação docente da Igreja continuará marcante, quer seja em função dos colégios de ordens religiosas que não haviam caído em desgraça, quer em função da ação difusa e infusa de seus sacerdotes e frades, mais ou menos espalhados por toda parte. Foi por meio de

⁸ SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. Lisboa: Europa-América, 1999, p. 147.

⁹ Ibid., p. 167.

¹⁰ Ibid., p. 217.

sacerdotes como estes que o menino Camilo Castelo Branco, no coração de Trás-os-Montes, aprendeu as primeiras letras.¹¹

Em meados do século XVII, o poder econômico estava concentrado principalmente no clero e na nobreza, e assim permaneceria até o fim do Antigo Regime português.¹² Os homens de negócios eram quase todos cristãos-novos, afastados por isso do poder político. Assim, a monarquia que se restaura é a monarquia tradicional, a monarquia dos nobres, que a crise da dominação espanhola viera perturbar. Esta situação só se alteraria com as reformas pombalinas, que liquida violentamente a nobreza e expulsa os jesuítas, acabando assim com os reais limites ao poder absoluto do rei. Mas tão logo Pombal se viu afastado do poder, o absolutismo desvaneceu-se e algumas das antigas forças políticas puderam reconstituir-se.¹³

Apesar da vitória liberal de 1820, “a burguesia estava em declínio; a classe média era formada principalmente por proprietários rurais, uns nobres e outros que aspiravam a viver como se o fossem”. Portanto, as ideias da Revolução Francesa não se materializaram em Portugal. Seu liberalismo não correspondia à realidade econômica do país, mas nutria-se da leitura de livros estrangeiros, do convívio universitário. “Foi uma revolução nascida de teorias, não de factos”.¹⁴ Não tardaria a dissolução das Cortes, a suspensão da vigência da Constituição de 1822 e o regresso ao absolutismo.

Na segunda metade do século XIX observa-se em Portugal um grande aumento da produção agrícola e do comércio que nele se baseou, beneficiando assim os proprietários de terras e modificando profundamente a vida dos pequenos e médios proprietários. Com o crescimento da classe média, triunfam novos hábitos de consumo. Contudo, na base desta opulência não estava a produção dos bens cujo consumo aumentava enormemente. A capitalização industrial continuava lenta e frouxa. A passagem do mundo rural ao mundo burguês é apertada e difícil. A bem da verdade, a grande maioria da população, fixada nos campos, se manteve alheia a esses novos ritmos, característicos das cidades, “pequenas e muito distantes”, como nos mostra Joel

¹¹ SERRÃO, Joel. **Temas de cultura portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983, p. 27.

¹² Ibid.

¹³ SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. Lisboa: Europa-América, 1999, p. 225-228.

¹⁴ Ibid. p. 279.

Serrão (1983). Esse verniz civilizacional vinha todo ele de fora, como bem expressou Eça de Queirós, em 1888:

Importa-se tudo. Leis, ideias, filosofia, assuntos, estéticas, ciências, estilo, indústrias, modas, maneiras, pilhérias, tudo nos vem em caixotes pelo pacote. A civilização custa-nos caríssima com os direitos de alfândega; e é em segunda mão, não foi feita para nós, ficamos curtas nas mangas.¹⁵

Apesar de ser tão só um verniz externo, de aparência francesa, a revolta contra a civilização, que foi uma marca de nascimento da classe média alemã, mas que se generalizou como um comportamento romântico, inclusive na França, também aí se fez presente, paradoxalmente, como o atesta Camilo Castelo Branco:

A civilização é a rasa da igualdade: desadora as distinções; é forçoso que os bandoleiros tenham os mesmos tamanhos, e roubem civilizadamente, urbanamente. Ladrão de encruzilhada, que traz o peito à bala e o bacamarte apontado ao inimigo, esse há de ser o bode expiatório dos seus confrades, mais alumiados e aquecidos ao sol benéfico da civilização. Roubar industriosamente é engenho; saquear a ferro e fogo é roubo.¹⁶

Mas aí se coloca o problema: para quem se escreve, então? A quem se dirige Camilo Castelo Branco? Ora, a crítica de Rousseau à civilização foi a mais radical das críticas dos valores dominantes na sociedade francesa de sua época. Exatamente por isso, teve bem menos ressonância que as de reformadores como Mirabeau, que desejavam melhorar, modificar, adaptar, mas não opor modelos radicalmente diferentes daquele herdado da sociedade de corte.¹⁷ Na Alemanha, este repúdio corresponde à forma como se constituiu a *intelligentsia* de classe média, centrada no espaço universitário e afastada dos meios políticos. Em Portugal, grande parte daqueles que ingressam na universidade tem em vista um cargo público na burocracia. Almejam, acima de tudo, uma carreira no serviço público. Daí ser o curso de Direito o mais procurado pelos estudantes. Depois dele, somente a teologia despertava tanto interesse. Não se forma uma elite intelectual organizada, crescentemente profissionalizada e girando em torno de um centro de gravitação. Embora a intelectualidade portuguesa se origine destes núcleos citadinos de letrados moços, encontra-se dispersa em clubes e cenáculos, em alguns dos mais importantes centros urbanos do país, como Lisboa, Porto

¹⁵ SERRÃO, Joel. **Temas de cultura portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983, p. 67.

¹⁶ BRANCO, Camilo Castelo. **Memórias do cárcere II**. Lisboa: Europa-América, 1983, p. 50.

¹⁷ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2011.

e Coimbra. Seu público compõe-se, em grande parte, de uma extração burguesa e aristocrática, especialmente feminina, em alguns casos, como o de Camilo Castelo Branco. Mas, o mais das vezes, escrevem para eles mesmos. “Em cada geração, em cada burgo”, dirá Joel Serrão, “uns tantos rapazes conforme o acaso, as afinidades ou as aspirações juntam-se e comunicam”.¹⁸

Em Camilo, esta alienação exprimi-se na própria antipatia nutrida em relação à burguesia. Por um lado, porque, como visto, a burguesia não era ainda uma classe social consolidada, nem ideológica nem politicamente. Mas, por outro, porque ele nem supera ideologicamente seu meio, nem tampouco pode dirigir-se profissionalmente a um público atualizado, tendo, por isso, de adaptar-se “aos preconceitos morais, religiosos, estéticos, ideológicos em geral, mais difundidos”. Tal sarcasmo “dava-lhe a ele, e ao seu público, a ilusão de vencer os conflitos, sociais e intimamente seus; embora também possa considerar-se uma forma de resignação e conformismo”.¹⁹

Estando afastados dos meios políticos, mas também do espaço universitário, pode-se dizer, portanto, que esta revolta da intelectualidade portuguesa contra a civilização é bem mais uma moda literária que um programa crítico da sociedade, expressão de ideias que se condensam em torno de uma realidade vivida e sentida. Antipatia tipicamente romântica, mas que em Portugal está um tanto fora de contexto. E, neste sentido, a própria vida pessoal de Camilo quadra-se bem na alma atribulada dos românticos. Ficou órfão de pai e mãe ainda criança, sendo sua educação, provinciana e irregular, entregue aos cuidados de dois padres de aldeia. Teve uma vida pessoal e emocional bastante acidentada, com amores bravios, fugas acidentadas, duelos amorosos, sofrimentos físicos e morais... e por fim o suicídio. Tudo isso não poderia deixar de se expressar em seus temas literários mais importantes.

É assim que Camilo verá em José do Telhado o exemplo de homem (originalmente) bom que teve sua natureza corrompida pela sociedade. José Teixeira da Silva, ou José do Telhado, nasceu em 1816, na aldeia de Castelões, comarca de Penafiel. “Seu pai era o famigerado Joaquim do Telhado, capitão de ladrões, valente com as armas [...] Um tio-avô de José Teixeira, chamado ele o Sodiano, já tinha sido salteador de porte, e infestara o Marão durante muitos anos”.²⁰ Segundo Castelo Branco,

¹⁸ SERRÃO, Joel. **Temas oitocentistas I**. Lisboa: Livros Horizontes, 1980, p. 153.

¹⁹ SARAIVA, Antonio José. **História da literatura portuguesa**. Porto: Porto Editora, 2000, p. 777.

²⁰ BRANCO, Camilo Castelo. **Memórias do cárcere II**. Lisboa: Europa-América, 1983, p. 50.

nada na sua infância pressagiava “as porvindouras maldades”. O pai, apesar de ladrão, sempre buscou esconder dos filhos “o roubo e a arma homicida”. Quando jovem, enamorou-se de uma prima, com quem costumava flertar nas horas de caça. As cenas diárias desse enleio amoroso, em meio a cenários bucólicos, mostrariam, para Camilo, toda a sua ingenuidade e bom coração:

O caçador assomava num outeiro, donde avistava a varanda em que sua prima costurava, e aí estava contemplativo nela até que as sombras da noite, baixando da serra, lhe escondiam o lenço branco da prima, que o chamava a repetidos acenos [...] Que era isto senão doce poesia, como ela abrolha nas mais bem formadas almas [...] Onde estava o instinto de salteador naquele tempo [...] Quando ele, ao descer da última quebrada da serra colhia flores silvestres para tocar os cabelos da prima, que bom coração de Gessner, que eflúvios do meigo Florian²¹ lhe recendiam no ambiente da vida.²²

Mas, como em todo ideário romântico, os crimes, de uma forma ou de outra, são apenas o fundo trágico de impossibilidades amorosas. José Teixeira pede a mão da prima em casamento. Mas o tio já havia prometido a filha a um “lavrador abastado”. Ao saber que ele já estava enamorado dela, expulsou-o violentamente. Então ele prometeu à prima que se tornaria rico e retornaria para casar com ela. Foi para Lisboa e alistou-se no “segundo regimento de lanceiros”. Participou da revolta dos marchais, em 1837. Salvou bravamente da morte o barão de Setúbal, que como reconhecimento levou consigo para a Espanha, como sua ordenança, José do Telhado. Em seguida, ele recebeu carta da prima dizendo que o pai consentira no casamento dos dois e ele voltou às pressas para Portugal. Casou-se e teve 5 filhos. Era querido pelos vizinhos, porque tinha o hábito de ajudar aos mais necessitados.²³ Em suma, não era apenas um homem bom, honesto e generoso, mas também, como todo herói, valente e honrado.

Sua valentia e heroísmo fê-lo, em 1846, aderir à “revolução popular”, alistando-se no serviço da Junta de arma da cavalaria. Apesar das dificuldades financeiras por que passava, comprou cavalo e fardou-se às suas próprias custas. Era intrépido, corajoso e servia ao Exército por “largueza de alma”. Por sua bravura foi condecorado em várias ocasiões, como quando salvou a vida do Visconde de Sá da

²¹ Florian é personagem de **Os três mosqueteiros**, de Alexandre Dumas Filho.

²² BRANCO, Camilo Castelo. **Memórias do cárcere II**. Lisboa: Europa-América, 1983, p. 51.

²³ Ibid., p. 52.

Bandeira. Quando voltou para casa, estava mergulhado em dívidas.²⁴ Eis a origem de sua vida criminosa.

Em suma, José do Telhado não entrou para o crime motivado por nenhum tipo de reparação justiceira, embora haja nele o sentimento vago de revolta contra a sociedade, a quem responsabiliza por seus infortúnios. Também não foi nenhum tipo de sentimento pessoal de vingança que o motivou. Ele também não era o bandido social, do tipo Robin Hood,²⁵ que rouba dos ricos para dar aos pobres, apesar de sua “generosidade” com os mais necessitados, conforme a descrição de Camilo. José do Telhado é generoso com os que estão próximos a si, com seus amigos e vizinhos, mas não se baseia por uma conduta ética rigorosa. Poderíamos dizer então que ele está muito mais próximo do tipo vingador do que do tipo justiceiro.

Diferentemente de José do Telhado, Robin Hood vivia com seu bando na floresta de Sherwood, nos tempos de Henrique II (1133-1189). Eram muito amados pelos camponeses ao redor, “[...] pois ninguém vinha ao alegre Robin pedir ajuda em tempo de necessidade e saía de mãos vazias”.²⁶ A origem de sua vida criminosa também é muito diferente. Certo dia, ao caçar na floresta perto de sua casa, foi provocado por um grupo de guardas e em meio à confusão acabou atingido um deles mortalmente com uma flecha. Embrenhou-se na floresta e lá conheceu outros fora da lei, por este ou aquele motivo. Em todos os casos, a situação de injustiça mostra-se claramente configurada:

Alguns haviam abatido cervos nos tempos difíceis de fome, quando não conseguiam obter qualquer outro alimento e tinham sido apanhados nesse ato pelo guardas florestais, mas escaparam, salvando assim suas orelhas; alguns tinham sido privados de suas heranças, sendo suas propriedades adicionadas às terras do rei na floresta de Sherwood; alguns foram espoliados por um grande barão, ou por um rico abade, ou por um poderoso escudeiro... e todos, por um motivo ou

²⁴ BRANCO, Camilo Castelo. **Memórias do cárcere II**. Lisboa: Europa-América, 1983, p. 53.

²⁵ Esta aproximação de José do Telhado e de outros salteadores portugueses com o tipo representado por Robin Hood está presente em vários autores: SOUSA, Maria Leonor Machado de. Introdução. In: GAMA, Arnaldo. **Paulo, o montanhês**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1981; MARINHO, Maria de Fátima. A figura do bandido no romantismo. UP – Universidade do Porto, Biblioteca Digital, [s/d]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5686.pdf>>; GONÇALVES, Henriqueta Maria. José do Telhado e António Silvino: as ambiguidades do herói-bandido. In: XXIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRAPLIP, 2011, São Luís, 2011. **Anais...** São Luís, MA: Universidade Federal do Maranhão, 2011.

²⁶ PYLE, Howrd. **As aventuras de Robin Hood**. São Paulo: Martins Claret, 2009, p. 17.

por outro, vieram a Sherwood para escapar da injustiça e da opressão.²⁷

A ética do justiceiro mostra-se aí claramente configurada também:

Juraram que assim como tinham sido espoliados por seus opressores, fossem barões, abades, cavaleiros ou escudeiros, de cada um tomariam o que fora arrancado dos pobres por impostos injustos, aluguéis de terras ou multas exageradas; porém, aos pobres estenderiam a mão em tempos de necessidade e perturbação, e devolveriam a eles o que fora tomado. Além disso, juraram jamais magoar uma criança ou fazer mal a uma mulher, fosse donzela, esposa ou viúva.²⁸

Em suma, o justiceiro age onde a lei falha ou onde se acredita ter havido uma injustiça, o que não é propriamente o caso de José do Telhado. A vida criminosa de José do Telhado, de fato, afasta-o bastante do tipo Robin Hood. Se olharmos para o personagem histórico, veremos nele um bandido comum que, um tanto forçado pela situação de pobreza pessoal, entra para a vida criminosa, como tantos ainda nos dias de hoje. Seu primeiro crime foi em 12 de dezembro de 1849, quando entrou numa casa na freguesia de Macieira, de propriedade de Maciel da Costa. Ao saber do ocorrido, sua mulher tentou suicidar-se, levando com ela os filhos. Mas foi impedida por eles (os filhos). José do Telhado fugiu para o Brasil, onde ficou, transitando por várias províncias, até fins de 1851. Em novembro deste mesmo ano voltou a Portugal e já fez um novo assalto a casa.²⁹ Segundo o jornal *Comércio do Porto*, ele voltou do Brasil fugido das autoridades locais, por ter cometido lá “um grande roubo”. Mas em depoimento a Camilo, diz ter voltado por saudades da família.³⁰ Vivia foragido, dormindo em casa de amigos, protetores e comparsas. Em pouco tempo celebrizou-se e suas estórias já corriam os recantos do país. Nasceu aí o mito, nutrido pela imaginação popular, mas glamourizado pela literatura romântica de Camilo.

As vítimas de seus assaltos não correspondiam a nenhum critério de justiça social. Mas se seu senso de justiça era dúbio, seu coração era indubitavelmente bom. Certo dia, ele e seu bando apossaram o Padre Albino José Teixeira. Ao resistir ao assalto, um dos homens do bando avançou para cima do padre com um punhal, no que

²⁷ PYLE, Howrd. **As aventuras de Robin Hood**. São Paulo: Martins Claret, 2009, p. 22.

²⁸ Ibid.

²⁹ BRANCO, Camilo Castelo. **Memórias do cárcere II**. Lisboa: Europa-América, 1983, p. 54.

³⁰ Ibid., p. 55.

foi contido violentamente por José do Telhado.³¹ Neste sentido, José do Telhado habita o território dúbio entre os chamados crimes de paixão e os crimes contra a propriedade.

Mas bom talvez seja aqui uma má expressão. Talvez fosse melhor o termo “cordial”, por falta de expressão melhor. Assim é que, apesar de a traição não estar na origem de sua vida criminoso, como em outras aventuras românticas, a tópica da traição também aparece na história contada por Camilo. Aqui José do Telhado é também impiedoso com seus inimigos. Tendo sido traído por um de seu bando, foi atrás dele e disse: “Não te quero matar à traição; previne-te como quiseres, que um de nós há-de morrer aqui”. Seguiu-se sangrenta luta, da qual saiu vencedor José do Telhado.³²

Mas, sempre generoso com os amigos, morreu sem nada. Quando entrou para a prisão, levou consigo elevada quantia em dinheiro, gastando-a toda em ajuda aos necessitados na cadeia. Depois disso, necessitou esmolar até o cigarro que fumava. Após julgado, foi condenado a degredo perpétuo (em África) e trabalhos públicos.³³

O CANGAÇO E O TIPO VINGADOR: O “CABELEIRA”

Diferentemente de Portugal, e um tanto próxima à situação alemã, a questão nacional está no cerne da imaginação literária dos intelectuais brasileiros nos oitocentos. A sociedade brasileira se constituiu sobre a base da grande propriedade agroexportadora trabalhada por escravos. A estrutura social comportava três segmentos básicos: os grandes proprietários de terras, a massa de trabalhadores escravos e os homens pobres e livres, inseridos de forma precária na estrutura social existente. Ao invés de indivíduos relacionando-se como iguais, prevaleceram os vínculos de pessoa a pessoa, sempre hierarquicamente organizadas. Assim, na formação histórica do Brasil, a desigualdade fez parte da “ordem natural das coisas”.³⁴

Apesar da independência formal do país, e mesmo após o fim da escravidão, permaneceu uma forma de ver as pessoas da nação, uma mentalidade que nunca admitia que cada homem ou mulher é um indivíduo com direitos iguais aos outros. Assim, a

³¹ BRANCO, Camilo Castelo. **Memórias do cárcere II**. Lisboa: Europa-América, 1983, p. 58.

³² *Ibid.*, p. 59.

³³ *Ibid.* p. 62-63.

³⁴ LEONIDIO, Adalmir. O sertão e outros lugares: a ideia de nação em Paulo Prado e Manoel Bomfim. In: ZILLY, Berthold. (Org.). **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

Independência não foi capaz de conformar um sentimento de solidariedade nacional que unisse todos os seus cidadãos, ao menos no respeito aos direitos humanos, acima das classes, raça e sobretudo da fortuna.

Então, se por volta de 1850, a tarefa de consolidação do Estado imperial se encontrava concluída, o mesmo não se pode dizer em relação ao problema da construção nacional, que ademais continuará a se arrastar no período republicano de nossa história. O Brasil era um arquipélago de províncias mais ou menos autárquicas, que efetivamente se desconheciam mutuamente, constituído em sua grande maioria por escravos, que deveriam ser amalgamados, posteriormente, ao *corpus* nacional. O processo de individuação nacional que se encontrava em curso em meados do século XIX deveria ser capaz, então, de afirmar a singularidade da nação, mas, ao mesmo tempo, de carregá-la para os trilhos da história universal e da civilização. À literatura caberia esta missão redentora.

Alguns, como José de Alencar, foram buscar na história e na “natureza tropical”, bem como nos índios, nossa matriz identitária. Outros, como Franklin Távora, foram buscá-la na massa bruta dos sertões. Nasceram daí as várias formas de sertanismo. Não se trata aqui, portanto, de uma literatura de salteadores, que não existiu no Brasil. Trata-se de um tema lateral aos chamados “romances sertanistas”. Contudo, o tema teve muito mais vivacidade, tanto na história quanto na literatura, do que em Portugal, em função das peculiaridades da história brasileira. Não por mero acaso, Távora começa seu romance com uma carta de intenções, em que quer mostrar o propósito de construir tipos que reflitam um problema mais amplo, que é o da construção nacional. Não é sem propósito também que escolhe a prosa histórica, centrada na vida do célebre bandido, para abordar a questão.

Ora, o Nordeste brasileiro foi, durante grande parte do período colonial, não apenas o eixo econômico do país, mas também o esteio político dos diversos tipos de localismos e mandonismos. Não apenas a decadência econômica, mas também a construção lenta de um Estado centralizado no período pós-colonial tendeu a transferir a importância política do Nordeste para o Sudeste, mormente o Rio de Janeiro. Mas mesmo na “Corte”, a intelectualidade teve imensas dificuldades em se fazer representar nos espaços políticos. A bem da verdade, preferiam construir uma vida literária afastada da vida política. Em momento tardio da construção da esfera pública, quando os salões tendiam a substituir a corte na vida mundana, Francisco Otaviano de Almeida Rosa fez

voluntariamente enorme esforço para fazer substituir em seu “salão” no Rio de Janeiro a vida política pela vida literária. Os frequentadores são dos mais conhecidos em nossas letras: José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo, Tavares Bastos, Machado de Assis, Bernardo Guimarães, Joaquim Nabuco, José Bonifácio, Alfredo Taunay... entre muitos outros.³⁵

A intelectualidade, estando afastada, tanto antes quanto depois da Independência, dos meios políticos, e visto o ar fictício de nossos salões, buscaram criar um centro de gravitação em nosso arremedo de meio universitário, que foram as escolas de Direito, na segunda metade do século XIX. Não por mero acaso estavam todas – isto é, as duas que existiam – localizadas fora da Corte: uma em São Paulo e outra em Recife, portanto, marginais à política imperial. Uma vida acadêmica “apagada” e “sonolenta”, distante não apenas da realidade rural do país, como também dos esquemas políticos que se faziam na capital, eis o meio onde se formavam intelectuais que se incumbiriam da missão de construir a nação, como José de Alencar. Dita as coisas desta forma, dá para entender as queixas de Franklin Távora, ao tentar estabelecer esta relação entre a vida política nacional e o estado das letras:

As letras têm, como a política, um certo caráter geográfico; mais no Norte, porém, do que no Sul abundam os elementos para a formação de uma literatura propriamente brasileira, filha da terra. A razão é óbvia: o Norte ainda não foi invadido como está sendo o Sul de dia em dia pelo estrangeiro. Norte e Sul são irmãos, mas são dois. Cada um há de ter uma literatura sua, porque o gênio de um não se confunde com o de outro. Cada um tem suas aspirações, seus interesses, e há de ter, se já não tem, sua política.³⁶

Ora, é de todos conhecidas as ácidas polêmicas entre José de Alencar, que apesar de ter sido quase um corpo estranho na “sociedade de corte”³⁷ carioca, tão bem integrou-se à política conservadora do Império, e Franklin Távora, que nunca deixou seu “caro torrão”. Não é sem propósito também que Távora estabelece esta oposição entre litoral e interior, urbano e rural, estrangeiro e nacional, Norte e Sul, autêntico e

³⁵ PINHO, Wanderley. **Salões e damas do Segundo Reinado**. São Paulo: Livraria Martins, 1942, p. 251.

³⁶ TÁVORA, Franklin. **O Cabeleira**. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 22-24.

³⁷ A expressão “sociedade de corte”, por falta de outra melhor, é usada aqui apenas como uma forma de referir-se à vida da alta sociedade carioca nos tempos do Império. Pois, a rigor, não havia sequer uma corte no país, ao menos não ao estilo da corte francesa. Tanto em São Cristóvão quanto em Petrópolis reinava a “solidão carrancuda” de um Pedro II avesso às conversações. Cf. PINHO, 1942, op. cit., p. 145-147.

inautêntico. O Sul, o litoral, a cidade são aqui identificados com a Corte (Portugal), isto é, o elemento estrangeiro. Mas a Corte representa também a política oficial, onde a absorção das classes sociais se dá de forma muito peculiar, por meio do apadrinhamento, dos esquemas familiares, pessoais.

Ora, como visto, o Brasil teve sua origem fora dos centros urbanos, sendo as cidades, virtualmente, se não de fato, meros prolongamentos do campo. “Cidades ruralizadas”, diria Marx, “Civilização de raízes rurais”, diria, com mais propriedade, Sérgio Buarque de Holanda. Não apenas a riqueza material, mas também o estilo de vida, os modos de raciocínio, a mentalidade, enfim, tudo vem do campo: as mesmas pretensões aristocráticas, o espírito de facção, o personalismo das relações sociais, sempre fundadas em sentimentos e deveres próprios à família patriarcal... Apesar da ascensão dos centros urbanos na segunda metade do século XIX e o crescimento de atividades tipicamente citadinas – a atividade política, a burocracia, as profissões liberais – permanece a situação de dependência em que se achavam colocadas as cidades em face dos domínios rurais. “Na ausência de uma burguesia urbana independente”, conclui Sérgio Buarque de Holanda, “os candidatos às funções novamente criadas recrutam-se, por força, entre indivíduos da mesma massa dos antigos senhores rurais, portadores da mentalidade e tendência características dessa classe”.³⁸

Tais fundamentos personalistas de nosso modo de viver e relacionar-se em sociedade encontram expressão acabada naquele tipo que Sérgio Buarque de Holanda tão bem caracterizou e que seria, segundo expressão conhecida, nossa grande contribuição à civilização, o homem cordial. Não o homem bom, pacífico e cordato, virtudes tão exaltadas por estrangeiros que visitavam o Brasil, mas aquele que age com o coração, daí porque cordial. Tais virtudes significam, na verdade, o oposto de “boas maneiras”, polidez, civilidade. Mas também não é o tipo do homem alemão, descrito por Elias, segundo o modelo da *kultur*. Para o homem cordial a vida em sociedade representa uma verdadeira libertação do pavor que sente em viver consigo mesmo.

Daí as peculiaridades de nossa “vida mundana”. Desde a vinda da família real para o Brasil, os hábitos da alta sociedade brasileira, mormente a do Rio de Janeiro, mudaram significativamente. Refinaram-se os gostos e costumes, sobretudo naquilo que se refere à arquitetura, à mobília e aos vestiários. Observou Ferdinand Denis que nossas

³⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 88.

damas não perdiam em elegância e finura para nenhuma outra de qualquer cidade europeia. Contudo, não foi despropositada a observação de Maria Graham a respeito das maneiras da sociedade carioca, que tão bem guardavam sua origem patriarcal rural. Observou ela que num baile da Baronesa de São Salvador dos Campos os criados conversavam livremente com os convidados e que as mães mantinham junto de si os filhos, sempre aos cuidados das escravas, que acabavam dormindo pelos cantos da casa. Em outra circunstância, Gustavo Beyer observou a exagerada cortesia paulistana: “[...] exigiam as fórmulas de boa educação uma série de demonstrações afetuosas ao entrar alguém em casa de outrem ou ao sair”.³⁹

Este “fundo emotivo extremamente rico e transbordante”, como diria Sérgio Buarque, serve também para estabelecer hierarquias e normas de conduta na vida social do país. O homem cordial será tão bom para seus amigos e familiares, quanto rude e até violento para seus inimigos. Daí o ditado popular no Brasil, amplamente difundido na cultura política da Primeira República, “[...] aos amigos se faz justiça e aos inimigos se aplica o rigor da lei”.⁴⁰

É neste contexto que se deve entender o tipo vingador, tão bem representado pelo cangaceiro, que nada tem a ver com o bandido social de Hobsbawm ou o tipo Robin Hood, imortalizado nas histórias de Howard Pyle. A tipologia do bandido na história brasileira é extensa: o bandeirante, o capataz, o jagunço, o capitão-do-mato, o cangaceiro, o pistoleiro, o esquadrão da morte... A depender da região, há inclusive diferentes designações para realidades, às vezes, aparentadas: nos sertões goiano e baiano, os “bundões” e os “marrões”, em várias partes do sertão nordestino os “cabelos cacheados”, os “peito-largo” ou os “dungas”, no sertão do São Francisco, os “vira-saias”, em várias partes da Bahia, os “capitães-de-estrada” ou “capitão-de-assalto” ou ainda os “clavinoteiros”, em Minas Gerais os “curimbabas”, no interior de São Paulo os “bugreiros” ou os “quebra-milhos”.⁴¹

Apesar da origem social muitas das vezes comum, há muitas diferenças entre os diferentes tipos de bandido. Dentre eles, o cangaceiro é o que melhor prefigura o tipo vingador. Sua origem é, invariavelmente, muito similar: entra para o crime para vingar uma ofensa pessoal ou um crime contra algum membro de sua família. Formava um

³⁹ PINHO, Wanderley. **Salões e damas do Segundo Reinado**. São Paulo: Livraria Martins, 1942, p. 82.

⁴⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

⁴¹ CHIAVENATO, Júlio José. **Cangaço, a força do coronel**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 10-13.

bando, cujos integrantes poderiam ter a mesma origem ou não e praticavam crimes contra a população em geral. Ao receber proteção e armas de alguns fazendeiros, acabavam por se tornar, muitos deles, seus capatazes ou praticar crimes por encomenda. Também foi um elemento importante das lutas entre famílias e parentelas, sobretudo no Nordeste do Brasil durante a primeira metade do século XX. Seu nome, usado desde o século XVIII, deriva da forma como carregavam a espingarda, como canga de boi ou cangalha.⁴²

Foi comum também na história do Brasil a mitificação de muitos destes bandidos como heróis nacionais, caso dos bandeirantes, do Duque de Caxias, entre outros. Alguns causavam um misto de admiração e espanto, como o “Lampião” ou o “Cabeleira”. Uma das melhores formas de tornar os seus atos heroicos é transformá-lo em uma vítima da sociedade. Assim, o que era uma vingança pessoal, torna-se uma vingança social, onde muitos se sentem representados e até justificados. Para isto o modelo clássico do romantismo serviu muito bem: um homem bom que teve sua natureza corrompida pelas injustiças da sociedade.



Merecem-nos particular meditação [...] alguns vultos infelizes, em quem hoje veneraríamos talvez modelos de altas e varonis virtudes, se certas circunstâncias de tempo e lugar, que decidem dos destinos das nações e até da humanidade, não pudessem desnaturar os homens, tornando-os açoites das gerações coevas e algozes de si mesmos. Entra neste número o protagonista da presente narrativa, o qual se celebrou na carreira do crime, menos por maldade natural, do que pela crassa ignorância que em seu tempo agrilhoava os bons instintos e deixava soltas as paixões canibais.⁴³

“O Cabeleira” chamava-se José Gomes, filho de Joaquim Gomes, também criminoso conhecido na província de Pernambuco. Juntamente com Teodósio, um negro liberto, formavam um trio que percorria os sertões, “deixando a sua passagem assinalada pelo roubo, pelo incêndio, pela carnificina” e pelo estupro.⁴⁴ Távora, contudo, descreve seu pai, ao contrário do Cabeleira, como “feroz por natureza”. Ele é muito mais cruel e injusto do que o filho, como, por exemplo, numa cena em que o pai matava friamente uma pessoa que tentara fugir de um assalto e Cabeleira diz: “Para

⁴² CHIAVENATO, Júlio José. **Cangaço, a força do coronel**. São Paulo: Brasiliense, 1990; JANOTTI, Maria de Lourdes. **O coronelismo, uma política de compromissos**. São Paulo: Brasiliense, 1992; QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. **Os cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1997.

⁴³ TÁVORA, Franklin. **O Cabeleira**. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 26.

⁴⁴ Ibid.

quê?”, no que responde o pai: “Matar sempre, Zé Gomes. Não temos aqui um só amigo”. Vê-se claramente neste caso que Távora não quer apenas distanciar o bandido comum do herói-bandido, mas também mostrar que só àquele pertence a ética do Homem Cordial da qual nos fala Sérgio Buarque de Holanda. Nosso herói aqui tem valores a zelar: não é apenas honrado e valente, como todo herói romântico deve ser, mas é justo.

A honra e a valentia são dois componentes muito importantes da ética do cangaceiro, cujo traço personalístico nos remete à nossa formação patriarcal rural, conforme dito anteriormente. Assim é que se explica a trova popular do século XVIII no Brasil e que tão bem descreve a situação do Cabeleira: “Meu pai me pediu\ Por sua bênção\ Que eu não fosse mole,\ Fosse valentão”.

Ora, segundo o modo de raciocínio de Rousseau, que tanto influenciou os românticos, a educação é mais poderosa do que a natureza. Uma educação corruptora vai formar homens corruptos, independentemente de sua propensão natural. Ao descrever o “Cabeleira” como muito influenciado pelo pai, Távora quer mostrar que o fundamento de sua maldade não está nele mesmo, mas na sociedade corrompida que o cerca, mas em particular na educação que recebeu do pai.

Segundo as tradições mais correntes e autorizadas, o Cabeleira trouxe do seio materno um natural brando e um coração benévolo. A depravação, que tão funesta lhe foi depois, operou-se dia por dia, durante os primeiros anos, sob a ação ora lenta ora violenta do poder paterno [...] A mulher é tanto mais forte, e a sua influência direta e decisiva na formação dos costumes, quanto mais puro é o ambiente do meio social onde ela respira.⁴⁵

Portanto, esta educação segundo os princípios da cordialidade recebeu-a ele, como era natural em uma sociedade patriarcal, do pai. “Aos sete anos de idade o pequeno já sabia matar passarinhos com seu bodoque, presente que lhe fizera o pai”. Reprendido pela mulher, o pai responde: “Hei de ensiná-lo a ser valente [...] Não sabes que o assassino é respeitado e temido”.⁴⁶ Certo dia o Cabeleira brigou na rua e apanhou. Ao chegar em casa o pai disse: “Se alguma vez entrares em casa, como entraste, apanhado, chorando, ouve bem o que te estou dizendo, dou-te uma surra de tirar pele e cabelo”. Sobretudo entre as camadas sociais mais baixas da sociedade brasileira, ainda continua vigorando este princípio básico de educação popular, que manda educar os

⁴⁵ TÁVORA, Franklin. **O Cabeleira**. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 52-53.

⁴⁶ Ibid., p. 56.

filhos para a defesa da honra e a valentia. Ainda aqui vale mais uma vez a trova popular setecentista: “Minha mãe me deu\ Contas pra rezar.\ Meu pai deu-me faca\ Para eu matar”.⁴⁷

Portanto, a origem de sua vida criminosa nada tem a ver com a ira moral ou o sentimento de uma injustiça cometida. Mas seu sentimento de vingança é também bastante difuso, embora persistente, e volta-se contra seu próprio passado, que o acorrenta a uma vida que não queria levar. Trata-se aqui, obviamente de uma particularidade, e não de um modelo historicamente dado. Este sequer era o meio mais comum de um cangaceiro entrar para o cangaço, como dissemos anteriormente.

Apesar disso, a vida bandida do Cabeleira guarda muitas características em comum com o cangaço em geral. Como todo cangaceiro, Cabeleira e seu bando não agiam sozinhos. Ele contava com o apoio de um “vendedor”, chamado Timóteo. Ele costumava vender coisas roubadas pelos escravos nas fazendas. Escondia-os também, quando estavam foragidos da polícia. Muitas vezes os sítios e fazendas são forçados a acoitar o bando de Cabeleira, que os alimenta e hospeda. Em uma de suas investidas, Cabeleira mata um dos sitiante que se recusa a recebê-los, Gabriel, um negro. Seu irmão, Liberato, jura vingança. Junto de seus filhos e do genro, foi então atrás de Cabeleira e seu bando. Foram todos mortos.⁴⁸

Após conseguir se livrar do Cabeleira, Luisinha voltou para pegar o cadáver da mãe, mas descobriu que ela estava viva. Juntas, fugiram e se refugiaram na casa de Liberato, onde as mulheres esperavam pelo retorno dos maridos, que haviam dito a elas que sairiam para caçar. Cabeleira e seu bando, que agora contava mais integrantes, voltara à casa de Liberato para pegar as mulheres que lá ficaram. Mataram todas, menos Luisinha, a quem o Cabeleira faz prisioneira. Cabeleira foi esconder-se no sítio do Felisberto, às margens do rio Capibaribe.⁴⁹ Os milicianos vêm em seu encalço.

Portanto, como se pode ver, o cangaceiro também não é propriamente um bandido social, embora a memória popular e até a historiografia o tenha assim consagrado. Na verdade, o próprio autor esforçou-se para assim tipificá-lo. Távora diz que “O Cabeleira” era “como Cid, ou Robin Hood pernambucano”.⁵⁰ Tinha fama de

⁴⁷ TÁVORA, Franklin. **O Cabeleira**. São Paulo: Martin Claret, 2003, p 59.

⁴⁸ Ibid., p. 76-78.

⁴⁹ Ibid., p. 143.

⁵⁰ Ibid., p. 25.

valentão e não tinha uma ética, pois matava qualquer um, segundo a trova popular muito difundida em Pernambuco: “Fecha a porta, gente,\ Cabeleira aí vem,\ Matando mulheres,\ Meninos também”. Mais que a ética do justiceiro, enfeixa-o a ética do vingador: honra, valentia, coragem e ousadia, todos princípios do coração, em conformidade com o tipo do homem cordial.

TENTATIVA DE COMPARAÇÃO

O que a pesquisa mostrou até aqui e a julgar tão somente pelo volume da produção literária é que de fato a tópica da marginalidade tem um espaço mais reduzido em Portugal e no Brasil do que na Alemanha e na França. No Brasil, inclusive, trata-se de um tema lateral à chamada literatura sertanista. Apesar disso, tanto na história quanto na imaginação popular o tipo de bandido que encarna o vingador e, em alguns casos, até o justiceiro, não parece uma realidade menos marcante em Portugal e no Brasil do que na Alemanha e na França. Poderíamos até dizer o contrário, levando-se em conta, por exemplo, o lugar ocupado pelo cangaço na cultura brasileira, fenômeno esse que não tem similar em Portugal. Isso se explica porque em ambas as culturas predomina uma grande tolerância em relação aos chamados crimes de paixão, se comparada com a intolerância em relação aos crimes sociais.

Pode-se concluir também que se José do Telhado ocupa uma posição ambígua entre o justiceiro e o vingador, “O Cabeleira” está inequivocamente ligado ao tipo vingador. José do Telhado foi um bandido comum, como tantos outros. Mas tanto a imaginação popular quanto a pena de Camilo Castelo Branco tornou-o um herói e justiceiro. Apesar disso, o que Camilo valoriza nele no fim das contas é seu coração bondoso, sua generosidade com os mais próximos, não sua ética justiceira, que não tem. “O Cabeleira”, por seu lado, foi um tipo muito particular de bandido, um cangaceiro, e os seus traços mais exaltados por Franklin Távora são traços de sua personalidade, como a honradez, a valentia, etc. As razões da diferença entre eles, contudo, não são ainda muito claras, uma vez que o predomínio de uma cultura personalista observa-se tanto aqui quanto lá.

Estas diferenças talvez se devam à forma de inserção da intelectualidade na vida nacional. Como visto, não há um problema nacional em Portugal a ser resolvido, ao menos não da forma e intensidade que aparece tanto no Brasil como na Alemanha.

Estando longe dos meios políticos, mas também da vida universitária, a intelectualidade portuguesa, tanto quanto a brasileira, teve imensas dificuldades de criar uma unidade, uma coesão em torno dela. No caso do Brasil, a missão de construção da nação, tomada pelos intelectuais, não chegou a servir como fator de coesão, dada a imensa disparidade dos projetos de nação em curso. Além disso, havia certa artificialidade nesta missão, que a base real desta unidade, o povo-nação, inexistia. Seus temas surgem, então, como modas vindas de fora, alienadas da realidade nacional. Daí a irrelevância do público leitor para quem escreve. Tanto em Portugal quanto no Brasil, o que predomina é uma elite letrada num mar de analfabetos, que escreve, o mais das vezes, para ela mesma.

ARTIGO RECEBIDO EM 11/12/2013. PARECER DADO EM 20/03/2014.



www.revistafenix.pro.br